Processo TC 028.707/2017-6 (com 49 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em desfavor de Décio Paulo Bonilha Munhoz, ex-prefeito do Município de Cascavel/CE (gestão 2009/2012), em razão de impugnação parcial das despesas custeadas com recursos transferidos ao município pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) no exercício de 2011 (R\$ 146.991,31), na modalidade fundo a fundo, a título de cofinanciamento federal das ações continuadas de assistência social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e que tinha por objeto a execução de Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A TCE possui Relatório, Parecer do Dirigente de Controle Interno e Certificado de Auditoria da CGU pela irregularidade (peça 26, p. 5-11). O Pronunciamento Ministerial consta da peça 10, e o presente processo foi encaminhado para o TCU na forma do inciso II do art. 71 da Constituição Federal para fins de julgamento.

A Secex/TCE, por sua vez, realizou a citação, examinou as alegações de defesa e propôs a condenação em débito do responsável, pois a parte não apresentou elementos capazes de elidir a irregularidade a ela imputada (peça 38, grifou-se):

1. Alegações de defesa (peça 35 e 36)

1.1. Ilegitimidade Passiva (peça 35, p. 2-6)

12. Alega o defendente que ele não é parte legítima para figurar no presente feito. Segundo o seu entendimento os recursos enviados pelo Ministério do Desenvolvimento Social são repassados diretamente ao Fundo Municipal de Assistência Social, cujo gestor seria o Conselho Municipal de Assistência Social, não tendo ele nada assinado, nem licitado, contratado, pago, gerido e administrado nada, desconhecendo totalmente os trâmites dos referidos recursos. Com fundamento de suas alegações discorre sobre a sua interpretação legal neste sentido das Lei 8.742/1993, Art. 70 da Constituição Federal e Art. 93 do Decreto-Lei 200/1967 e Portaria 625/2010 do MDS.

Análise

13. O defendente equivoca-se quanto ao gestor dos recursos, veja-se que a Portaria 625/2010 do MDS estabelece, no caput do art. 6º, que “O instrumento de prestação de contas, denominado Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira, está contido no sistema informatizado SUAS Web, cujos dados deverão ser lançados pelos gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal e submetidos à manifestação do Conselho de Assistência Social competente, quanto ao cumprimento das finalidades dos repasses”. Portanto, os gestores municipais, no caso o ex-prefeito é que deve lançar os dados da prestação de contas, dos recursos geridos na sua gestão.

14. O § 1º do mesmo artigo dispõe que “ Compete ao MDS a análise das contas avalias pelos Conselhos de Assistência Social, realizadas por meio do SUAS Web”. De modo que, a cargo do Conselho de Assistência Social está a obrigação de avaliar as contas prestadas pelo gestor.

15. Portanto, não cabe razão ao defendente quanto à tentativa de descaracterização da sua legitimidade passiva nestes autos.

16. Desse modo, não se acatam as suas alegações de defesa.

2. Pedido de prazo para apresentação de documentação complementar (6-7)

17. Por último, quanto ao pedido de prazo para apresentação de documentação complementar, extemporânea à defesa apresentada, verifica-se que tal pedido não foi apreciado, em virtude de ter sido apresentado no bojo das alegações de defesa apresentada. Por outro lado, a concessão da prorrogação de prazo independe de notificação à parte e mesmo que tivesse sido concedida, por mais 30 dias, além do prazo original, seu prazo teria vencido em 22/12/2018. Ademais, é sabido que essa Egrégia Corte de Contas, no seu rito processual, dispõe de diversos recursos, momento em que a defesa poderá disponibilizar para apresentação de novas alegações com base nas documentações a serem apresentadas.

18. As alegações de defesa apresentadas, assim, não elidem as irregularidades apontadas.

19. Vale ressaltar que a pretensão punitiva do TCU, conforme Acórdão 1.441/2016-Plenário, que uniformizou a jurisprudência acerca dessa questão, subordina-se ao prazo geral de prescrição indicado no art. 205 do Código Civil, que é de 10 anos, contado da data de ocorrência da irregularidade sancionada, nos termos do art. 189 do Código Civil, sendo este prazo interrompido pelo ato que ordenar a citação, a audiência ou a oitiva do responsável. No caso em exame, não ocorreu a prescrição, uma vez que a liberação dos recursos ocorreu até a data de 31/12/2010 e o ato que ordenou a citação ocorreu em 11/9/2018.

20. Não havendo nos autos elementos que possam atestar a boa-fé do responsável, devem ser rejeitadas as alegações de defesa do Sr. Décio Paulo Bonilha Munhoz, devendo as contas serem julgadas irregulares, condenando-o ao débito apurado e aplicando-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

II

Ocorre que após a tramitação do processo para o Ministério Público de Contas (13/2/2019), a parte juntou nova documentação (21/2/2019) complementando a resposta do ofício de citação de outubro de 2018 (peça 32), ou seja, complementando as alegações apresentadas em 20/11/2018 (peça 35 e 36), no intuito de demonstrar a regularidade na execução das despesas impugnadas nos seguintes termos (peça 41, p.6):

05. Diante do exposto e documentação apresentada, solicitamos a aprovação da referida Prestação de Contas, tendo em vista, que não houve má fé e nenhum dolo aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social e a Prefeitura Municipal de Cascavel/CE. O que houve na verdade, foram apenas algumas atecnia, não prejudicando a execução dos Programas e nem trazendo prejuízos ao erário.

Compulsando-se os diversos documentos contidos nos anexos juntados no processo (peças 42-49) verifica-se que de fato se tratam de novos elementos que podem ter eficácia contra as irregularidades imputadas ao responsável, e que merecem ser analisados à luz da verdade real, apesar de serem apresentados fora do prazo regimental.

Desse modo, faz-se necessário restituir os autos para a unidade técnica diante da necessidade de saneamento dos autos para que o Tribunal possa emitir juízo atualizado sobre a matéria.

III

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas propõe ao Relator que seja restituído o processo para a unidade técnica na forma do art. 157 do RITCU c/c o art. 11 da LOTCU no intuito de atualizar a instrução das peças 38, 39 e 40 diante dos novos elementos apresentados nas peças 41-49.

Brasília, 25 de junho de 2019.

Júlio Marcelo de Oliveira

Procurador